



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140913 - MG (2021/0003277-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : BRUNO RAFAEL SANTOS DE DEUS (PRESO)
ADVOGADO : LUCIANA DE FREITAS MIGUEL - MG134223
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por BRUNO RAFAEL SANTOS DE DEUS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.556327-3/000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente e denunciado, em razão de prisão flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento dos crimes descritos no art. 33 c/c art. 35, ambos da Lei n. 11.343/06.

Aduz o recorrente que a prisão pode causar sérios danos ao paciente, que sofre de transtorno de ansiedade e que, diante da epidemia, o encarceramento colocaria sua vida em risco. Alega o recorrente que estão ausentes, no caso, os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que a decisão que a decretou carece de fundamentação idônea, uma vez que embasada na gravidade do delito. Sustenta que os entorpecentes apreendidos se destinavam ao uso do próprio paciente, ressaltando que tem residência fixa e emprego determinado.

Requer liminarmente e no mérito a revogação da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à alegação de que o paciente tem transtorno de ansiedade e que, diante da epidemia, o encarceramento representa grave risco a sua vida, observa-se que a matéria não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Quanto às demais alegações, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente